

U. PORTO

incipit¹

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2009-10

GIHM

GRUPO INFORMAL DE
HISTÓRIA MEDIEVAL



U. PORTO

think medieval

COORDENAÇÃO DE
FLÁVIO MIRANDA E JOANA SEQUEIRA

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2012

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Incipit 1
Workshop de Estudos Medievais da Universidade
do Porto, 2009–10

COORDENADORES

Flávio Miranda
CITCEM, Universidade do Porto

Joana Sequeira
CITCEM, Universidade do Porto

Porto, 2012
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978-972-8932-94-7

Apoio:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO

Ficha técnica

Título: Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009–10

Coordenadores: Flávio Miranda, Joana Sequeira

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2012

ISBN: 978-972-8932-94-7

Capa: Flávio Miranda

Grupo Informal de História Medieval

CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

SUMÁRIO

Lista de autores.....	vii
<i>Incipit</i>	ix
Filipa Lopes O Domínio Fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa nos séculos XI e XII. Apresentação de um Projecto de Dissertação de Mestrado em História Medieval.....	1
Giulia Rossi Vairo <i>Pro Salute Animae</i> : a peregrinação do rei D. Dinis a Compostela.....	9
João Costa Palmela nos finais da Idade Média. Estudo do códice da Visitação e Tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510. Apresentação do projecto de Mestrado.....	23
Thiago Borges Da sacralidade à centralidade: breve análise comparatista acerca das representações cartográficas da cidade de Jerusalém nos mapas-múndi medievais do século XIII.....	31
Helena Regina Lopes Teixeira Elites Sociopolíticas na Urbanização do Porto no Final da Idade Média.....	45
Maria Amélia Álvaro de Campos Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento.....	57
Marta Dias A Liturgia dos Defuntos na Arte Funerária Medieval.....	65
Rita Nóvoa As atitudes face à doença no Portugal dos séculos XIV e XV: a lepra, os leprosos e as leprosarias.....	77
Gonçalo Graça Portugueses na Biscaia nos finais da Idade Média.....	89
Helena Pizarro A Rua Nova na cidade do Porto entre os séculos XV e XVI: urbanismo, construção e sociedade.....	99

LISTA DE AUTORES

Thiago Borges

Universidade de Lisboa

Maria Amélia Álvaro de Campos

Universidade de Coimbra

João Costa

CEH, Universidade Nova de Lisboa

Marta Dias

CITCEM, Universidade do Porto

Gonçalo Graça

Universidade da Cantábria

Filipa Lopes

CITCEM, Universidade do Porto

Rita Nóvoa

IEM, Universidade Nova de Lisboa

Helena Pizarro

Universidade do Porto

Helena Teixeira

CITCEM, Universidade do Porto

Giulia Rossi Vairo

IHA, Universidade Nova de Lisboa

INCIPIT

Mais de dois anos depois da realização do primeiro Workshop de Estudos Medievais (WEM), é finalmente publicado o volume inaugural que reúne os textos apresentados e discutidos pelos oradores das edições de 2009 e 2010. Organizado pelo Grupo Informal de História Medieval da Universidade do Porto, com a colaboração do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), e do Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o WEM é um fórum anual de discussão científica destinado a mestrandos e doutorandos em Estudos Medievais.

Este volume não é temático. Nas primeiras duas edições do WEM foram debatidas questões relacionadas com as ordens militares, história urbana, arte funerária, cartografia histórica, e questões sobre os portugueses como estrangeiros, domínios fundiários de mosteiros, colegiadas urbanas e a lepra em Portugal na Idade Média. Os leitores encontrarão aqui um conjunto de trabalhos em estado embrionário: são ideias de um projeto, hipóteses de investigação e resultados preliminares de estudos de história, história da arte e cartografia histórica. Para alguns dos autores, esta é mesmo a sua primeira publicação científica. Daí que *Incipit* seja o título adequado para este volume – por representar um começo e poder ser o princípio de uma carreira de investigação.

Este volume é o produto do trabalho dos mestrandos e doutorandos que participaram no WEM, cujos textos foram apreciados numa primeira fase por professores de várias universidades portuguesas, para estes que os pudessem melhorar e desenvolver. O nosso primeiro obrigado é endereçado aos autores e a todos os professores que contribuíram com a sua experiência e conhecimento nas sessões do WEM. Os editores querem ainda agradecer a todos os membros do Grupo Informal de História Medieval, ao Professor Luís Miguel Duarte e à Professora Cristina Cunha (então diretora do curso de mestrado de História Medieval e do Renascimento); ao Professor Gaspar Martins Pereira, pelo apoio do CITCEM a esta iniciativa, e à Dr.^a Paula Montes Leal, pelo excelente trabalho na organização. Gostaríamos ainda de agradecer o apoio financeiro concedido pela Reitoria da Universidade do Porto e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a organização do WEM e publicação deste volume.

Porto, novembro de 2011
Flávio Miranda
Joana Sequeira

**A Rua Nova na cidade do Porto
entre os séculos XV e XVI: urbanismo, construção e sociedade**

Helena Pizarro
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo pretende reavivar a temática da Rua Nova do Porto, particularmente nos séculos XV e XIV. Apresenta-se como uma abordagem abreviada de uma investigação levada a cabo, no âmbito do mestrado em História Medieval e do Renascimento, enumerando algumas das dificuldades e interrogações com que me deparei e os problemas que advêm deste tipo de pesquisa e do período em que ela se insere. Propus-me a analisar o *Antes* e o *Depois* da construção da Rua Nova para se compreender de que forma a zona ribeirinha do Porto se foi alterando, embelezando e organizando segundo parâmetros estabelecidos pelos monarcas quanto à Rua Formosa, às casas nela construídas, ao estatuto social pretendido através das gentes que nela habitavam ou que com ela se relacionavam e, ainda, quanto às ruas, edifícios e espaços com que comunicava. Apelo, por fim, à importância da Rua Nova, na medida em que se apresenta como um virar da página sobre o modo de pensar o urbanismo, não esquecendo também que se tornou um dos grandes suportes financeiros para que o burgo portuense passasse para a jurisdição real, deixando de fazer parte do grande senhorio episcopal; foi, indubitavelmente, um espelho material e mental desta cidade.

Abstract

This article aims to revive the issue of Oporto's *Rua Nova*, particularly in the 14th and 15th centuries. It is presented as an abbreviated approach of a research carried out, in the ambit of the master's degree related with Medieval and Renaissance, by listing some of the difficulties and questions that were encountered and the problems that raised from this type of research and from the period under analysis. Its main purpose was to analyse the Before and After of the *Rua Nova*'s construction in order to understand how the Oporto riverside area was changing, was being beautified and was organizing within the parameters established by the monarchs on the *Rua Formosa*, on the urban planning, on the social status desired by the people that dwelled therein or relating thereto, and also on the streets, buildings and spaces that communicate with that *Rua*. Finally, it is appealed for the importance of *Rua Nova*, as it presents itself as a page flipped over on the urbanism concept, without forgetting that it has become a major financial backer for the Oporto's burgh once it was transformed into a royal jurisdiction, ceasing as part of the great episcopal lordship; it was, undoubtedly, a material and mental mirror of this city.

No presente artigo pretende-se apresentar a Rua Nova, da cidade do Porto, numa vertente menos conhecida, porque ainda pouco estudada. A apresentação desta rua necessita de poucas palavras pois muitas são as informações relacionadas com a sua construção, com os objectivos para ela propostos e, ainda, sobre o seu prestígio. O que se intenta com esta investigação é compreender o que levou o monarca a mandar construir esta sua "Rua Formosa", o que ganharia o Rei com isso e, principalmente, compreender o "recheio" desta rua pública, a que muitos chamaram praça. Neste sentido, proponho-me analisar dois aspectos da rua: o seu espaço e envolvente; as suas casas.

Já muito se escreveu sobre este tema no que respeita ao património régio e eclesiástico, às questões financeiras e urbanísticas. Neste artigo e na futura dissertação de mestrado impõe-se a tomada de um novo rumo, de novas hipóteses e de possíveis conclusões. Daí que nos tenha despertado um maior interesse o estudo e tentativa de re-

constituição do perfil da Rua Nova – do seu contexto geográfico no burgo, das suas casas e das exigências, obrigações e proibições do monarca em relação à sua construção e, por fim, das figuras que davam vida a este cenário entendido como elitista, as mesmas que tornaram possível tudo o que, posteriormente, se veio a escrever sobre esta rua do Porto. É precisamente esta dimensão mais social, de vivências e mentalidades, que tem sido a motivação principal da minha investigação. Além da bibliografia especializada (em especial o trabalho de José Marques¹ sobre o património régio no Porto, os de Luís Miguel Duarte² e, ainda, os de José Ferrão Afonso³), utilizo como fonte principal do trabalho desenvolvido a colecção da “Leitura Nova” do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, especificamente os livros de Além Douro (1-5). Dentro do elevado número de documentos que cada livro contém, a transcrição limitou-se apenas àqueles que interessavam em particular para este assunto, ou seja, todos os que remetiam para a Rua Nova, directa ou indirectamente, ou para as ruas adjacentes. Analisou-se também o trabalho elaborado por investigadores do Arquivo Histórico Municipal do Porto, que se baseia numa caracterização exaustiva do quarteirão através de documentação do século XVIII, no âmbito da “história regressiva”.

Após esta breve introdução, reflectiremos então sobre os pontos que referi anteriormente, seguindo a ordem que foi exposta.

O Porto, outrora senhorio eclesiástico, vai sofrer grandes alterações após as estadias de D. João I, uma das quais para celebrar o seu casamento. Pouco tempo depois da sua terceira estadia, em 1394, o monarca deu início à construção da Rua Nova nos terrenos que alguns investigadores consideram “subtraídos à jurisdição Episcopal”⁴, mas que apenas parcialmente, na minha opinião, o terão sido; isto porque, parte desse espaço já pertencia à Coroa. Como se sabe, esta rua teve variadíssimos nomes ao longo dos tempos, como acontece com uma série de outras ruas – aliás, esta foi “roubar” o nome à actual Rua Escura – mas apenas dois são utilizados entre os séculos XV e XVI: Rua Nova e Rua Formosa. Foi por muito tempo considerada a “jóia da cidade”, tornando-se o modelo de projectos urbanísticos vindouros e, sem dúvida, veio personalizar a zona ribeirinha. Segundo vários historiadores e escritores foi, durante séculos, uma das ruas mais afamadas do Porto, pois causava admiração pelas suas dimensões e também pelo luxo das casas nela construídas. Esta rua que inovou, não só por ser muito larga e muito comprida mas também por ser rectilínea e quase plana, ia desde a Rua dos Mercadores até ao Convento de S. Francisco.⁵

Não nos podemos esquecer de que o prestígio e importância de uma rua, tanto nos tempos medievais como nos de hoje, advém da sua posição geográfica em relação à cidade, das ruas e edifícios com que comunica, dos meios de ligação que fornece e, finalmente, das pessoas que nela moram ou, de algum modo, que com ela se relacionam. A Rua Nova é construída numa zona que estava em galopante desenvolvimento devido à sua proximidade com o rio e aos negócios que ali se multiplicavam. Teremos em conta, também, que nas imediações se encontravam a Casa da Moeda, o Armazém e Alfândega do rei, a Bolsa de Mercadores, a igreja de S. Nicolau, o Convento de S. Francisco e o Convento de S. Domingos.

¹ José Marques, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, Revista de História, vol. III, (1980).

² Luís Miguel Duarte, *Quando as casas se queriam pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)*, (Porto: F.L.U.P. – DCTP, 2003): p. 188 (183-192); Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, *Os Homens que pagaram a Rua Nova – Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista*, *Revista de História*, vol. VI, Cap. I (Porto: Centro de História da Universidade do Porto, I.N.I.C., 1985).

³ José Ferrão Afonso, *A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV*, Museu, IV série, nº 9 (2000) p. 29; José Ferrão Afonso, *A Rua das Flores no séc. XVI, Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, vol. I, (Porto: F.A.U.P. Publicações, 2000).

⁴ José Marques, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, Revista de História, vol. III, (1980).

⁵ No entanto, estranha-se o estreitamento da rua no troço que medeia a Rua de S. João e a dos Mercadores. Este é um caso onde se impõe conhecermos, de um modo mais profundo, as figuras que transitavam por esta zona ribeirinha, pois foi através de uma delas, João Martins Ferreira, que nos apercebemos que, só mais tarde este troço fará parte da Rua Nova: tendo o Rio da Vila como barreira, o mercador lançou uma ponte para aceder à Rua Formosa. Inicialmente, talvez se tenha colocado apenas algumas tábuas que permitissem esse acesso, mas o facto é que estava aqui a ligação que fez com que a rua se estendesse até à dos Mercadores.

Relativamente às ruas com as quais a Rua Formosa comunicava ou lhe eram bastante próximas, os documentos fazem referência à Rua dos Mercadores, Rua de S. Nicolau, Rua das Congostas e Rua de Vale de Pegas. Referem também a ligação com algumas vielas e calçadas sem nome ou simplesmente cujas designações não eram importantes – bastava localizá-las, como por exemplo, “a calçada que vai pera as Congostas” ou “pera a rua publica que vai pera a fonte dourinha”. Estas referências são-nos transmitidas, principalmente, quando se apresentam as confrontações das casas que se pretendia aforar, vender ou comprar, para as localizar.

Ainda sobre a envolvente da Rua Nova, gostaria de enunciar algumas referências a espaços públicos que hoje já não existem e que, apesar de desconhecer onde certos espaços seriam exactamente, não podia deixar de valorizar. Embora se possa mostrar uma tarefa impossível, pretendo reconstituir na Rua Nova não só as casas, mas também todos estes pormenores de que se faz menção nos documentos, porque o cenário desta rua é bastante mais do que um espaço recheado de casas. Enumeremos, em primeiro lugar, o “chafariz da Rua Nova” que, ao que pude apurar, se localizaria no espaço por onde rompeu a Rua das Congostas – onde agora se situa o início da Rua de Mousinho da Silveira, partindo da Rua Nova – e que se encontraria na esquina nascente do arruamento. Uma outra referência seria o designado “arco grande”, cuja localização correcta de momento desconheço;⁶ também tenho dificuldade em compreender se seria um arco que pertenceria a alguma das casas ou à própria Rua Nova, por exemplo, na entrada de alguma praça, largo ou jardim ou até de uma rua.⁷ Isto porque a informação que a documentação me forneceu é bastante vaga: emprazamento a Pedro Afonso de umas casas “que ora mandamos fazer na Rua Fremosa da dita cidade da parte da rua das Congostas por aquelle preço que estam aforadas as outras suas iguaaes que partem com casas em que mora Gill Gonçallvez mercador e da outra com casas que se fazem sobre o arco grande”⁸. Na sequência deste arco, acrescentamos a existência de um forno, pois julgo que deviam estar próximos, segundo indica o aforamento feito a Gil Gonçalves e Maria Afonso de “huumas casas da dita Rua do cabo do forno da dita Rua Fremosa que partem de huuma parte com a casa que se ha de fazer jumto com a do arco grande e da outra com a terceira casa aaquem do dito arco grande da parte de cima escomtra a Rua dos Mercadores”.⁹ Finalmente, foi feita uma referência a um Rossio, num aforamento a um Álvaro Fernandes, na Rua das Congostas: quando se apresentam as confrontações diz-se que de um lado parte “com queelha que vai pera o Ressio de tras das casas da Rua Fermosa honde tem Joham Gill mercador a cavalaria [sic] e per detras com o dito Ressio”.¹⁰ Tenho alguma dificuldade em localizar ali um Rossio, segundo o conceito actual, por não encontrar espaço para tal. Seria um largo? Um espaço vazio? Não obtive informação sobre qual a sua funcionalidade e disposição. Curioso é observar que algumas intervenções arqueológicas nesta zona puseram a descoberto uma calçada que deve ser anterior ao século XIV e que passaria no local onde se encontrava o arco e que, possivelmente, seria um dos acessos ao Rossio. Compreende-se, portanto, que esta calçada era perpendicular à Rua Nova e que perdeu toda a sua funcionalidade com a construção da nova rua e com as casas do lado Norte, visto que parte dela já tinha sido inutilizada para a construção da Casa da Moeda.

Passo agora à parte mais física do espaço. Interessa conhecer o que é que a constitui na realidade, como se organizam e dispõem as casas, de que forma são mandadas construir e conhecer ainda algumas das particularidades existentes.

Em primeiro lugar, tem de sublinhar que a construção das casas da Alfândega e da Casa da Moeda, num primeiro momento, e as da Rua Nova, mais tarde, veio fortalecer os passos que se davam para o processo de constituição do património régio nesta

⁶ No entanto, coloco a hipótese de este “arco grande” se localizar nas traseiras das casas do lado Norte da Rua Nova. Talvez fosse o arco de entrada do Rossio que, mais adiante, refiro.

⁷ Se tomarmos como possível a hipótese de o arco ser a entrada principal do Rossio a que faço referência, torna-se compreensível que, após a perda de funcionalidade e/ou interesse do arco, se tenham vindo a construir nele algumas casas.

⁸ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 73 – 75.

⁹ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 94 – 96.

¹⁰ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 3, fls. 55v – 56v.

cidade do Porto. Sabe-se também que foi longa a demora que se verificou na conclusão da Rua Nova, pois constantemente surgem referências tais como “casas que se ham de fazer” ou “casas que se deviam acabar”. Coloca-se a hipótese de que a falta de verbas se tenha apresentado como um obstáculo para que os monarcas não avançassem com as construções na Rua Nova. Daí que se tenha ordenado que todo o povo da cidade e seu termo contribuisse para a construção de tais casas. Notava-se a enorme vontade régia em assumir como sua uma rua que se previa vir a ser espectacularmente inovadora. A reabilitação, por vezes quase total dos edifícios, também pode estar na origem destas expressões.

Os limites desta nossa Rua eram, a nascente, a Rua dos Mercadores e a poente o Convento de S. Francisco e a Igreja de S. Nicolau. Nesta área, os únicos espaços que não estavam ocupados com casas eram as ruas, calçadas ou vielas; de resto, pelo que se pode constatar através da documentação, as casas encostariam umas às outras, sem margem nenhuma – aliás, surgem-nos bastantes vezes as palavras “encostar” e “entestar”, o que nos dá a nítida ideia de que não haveria qualquer tipo de separação. O facto de a identificação e tentativa de localização das casas nesta rua serem feitas através das confrontações com outras também nos remete para esta hipótese.

Durante a investigação não me foi permitido compreender se haveria algum tipo de padrão quanto às dimensões das casas, pois a única expressão que surge a diferenciar é “casas pequenas”. Sabemos, portanto, que haveria casas maiores que outras – “as ditas casas eram pequenas e nom aviam saída pera detras como ham as do dito Alvaro Fernandez e assi as outras de jumto com ellas”;¹¹ mas poucas são as vezes em que obtive medidas e, quando as consegui, são normalmente em comparação com outras casas, para a partir disso se ajustar o preço do foro. A título de exemplo, cito o aforamento de umas casas a João de Paço e mulher, no qual o provedor da Fazenda, Álvaro Gonçalves da Maia, “fez medir a certos homens boons as ditas casas e acharam nellas em longo quatro braças menos huum palmo e d’ancho tres braças e menos huum palmo e meo e ellas assi medidas disseram que por ho respeito das outras casas da dita Rua Nova montava a braça duas livras e oito reais que eram coremta livras da moeda antiga”.¹² Creio ter havido, pelo menos, uma vontade expressa em que existisse um padrão no que respeita o seu tamanho, alçado e fachada. No entanto, a documentação estudada remete-me, por vezes, para a situação oposta.

Houve uma forte vontade de, com o desenvolver desta investigação, compreender qual a razão de haver, na Rua Nova, casas com eixidos e outras nas quais o monarca expressamente não permitia que os houvesse. São notórias, também, as restrições feitas a determinadas casas no que toca a terem loja e/ou sobreloja ou não, como se verifica num aforamento feito a Vasco Anes, criado de João Lopes de Azevedo, e no qual o mesmo Provedor lhe aforava umas casas na condição de que fossem “feitas e acabadas de pedraria e carpentaria assi e pella guisa que forem as outras suas iguaaes que estam daquella parte tirando que nom lhe façom sobrellogia por quanto a nom pode aver”¹³. O interessante é que era algo que importava frisar convenientemente no documento, pois mais adiante voltava-se a repetir: “o dito Alvaro Gonçalvez soube e achou que tanto estavam aforadas as em que mora Joham de França e que estam daquella parte e tem sobreloja que estas nom ham de ter sobreloja”¹⁴. Mas, no entanto, mandava que houvesse uma porta “na metade da dita casa e saída pera a dita rua”.¹⁵ Na outra vertente, temos as casas de Pedro Afonso, que apenas seriam aforadas na condição de serem feitas com sobreloja, chaminés e “almareos” e ainda, que tudo isso fosse feito à custa do monarca;¹⁶ esta é uma situação rara, pois a maioria teria de fazer as obras às suas pró-

¹¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 5, fls. 53v – 55v.

¹² Segundo Oliveira Marques, 1 braça = 10 palmos = 1,82m. Assim, temos uma casa com 7,10m de comprimento x 5,19m de largura = 36,85m² de área. A. H. de Oliveira Marques, *Pesos e Medidas, In Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, V volume (Porto: Livraria Figueirinhas, 1992) p. 68. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 3, fls. 300 – 301.

¹³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 3, fls. 286 – 287v.

¹⁴ Ver nota 11.

¹⁵ Ver nota 11.

¹⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 4, fls. 73 – 75.

prias custas. Seria apenas, então, por falta de espaço ou somente algumas tinham esse direito ou privilégio? Infelizmente, apenas me foi permitido enumerar algumas hipóteses, perante as quais não obtive dados suficientes para as apresentar como conclusivas.

Quanto aos acabamentos das casas, deveriam ser “feitas e acabadas de pedraria e carpentaria”. Em alguns casos, o monarca exigia mais pormenores, como por exemplo, casas “per terra e pedra e telha e madeira depois que forem feitas e acabadas”, ou ainda, “que lhe apostassem e acabassem as ditas casas d’escaadas e tavoados e almareos e lhe fizessem suas chaminees com seus fogareiros e lhas acabassem de todo o que lhes fosse compridoiro segumdo o que se fez aas outras casas que na dita Rua Nova ja sam factas”.¹⁷ É curioso que apenas em alguns documentos se verificam referências à criação de uma “privada”, ou seja, uma latrina.¹⁸

Ainda falando de exigências do rei, não nos pode escapar uma que, a meu ver, tem significativa importância, na medida em que demonstra a necessidade e desejo que o monarca tinha em colocar à vista de todos o seu poder e património – talvez porque obtido recentemente: falo da imposição em determinados casos de se colocar “nossas armas [da Coroa] abertas em pedra e pintadas no frontal dellas sobre a porta das ditas casas pera se em todo tempo saber como a propriedade dellas he nossa e avemos por ellas de aver o dito foro com as ditas decrraçooes”.¹⁹ Agora, esta situação leva-me a indagar sobre o porquê de só a algumas casas ser imposta esta condição. Se era apenas para se saber que eram propriedade do Rei, por que é que não tinham todos os edifícios da Rua Nova as armas pintadas nas suas fachadas? Não faz sentido, na minha opinião, só alguns deles terem essa marca, visto que todos pertenciam à Coroa.²⁰

Analisando os documentos a que tive acesso, começou-se a agrupar tematicamente a informação revelada. Entre os diversos grupos, o da organização interior das casas e a forma como eram arrendadas mostrou-se o mais complicado de compreender. Aforavam-se casas com vários sobrados a um casal ou a uma só pessoa; não menos comum seria o aforamento de “meas casas”, as quais seriam divididas a meio como se de apartamentos se tratasse. Mas nem isto torna a questão fácil de resolver: seria esta divisão feita entre pisos ou entre parte da frente e traseiras?

Em alguns casos, como o de Leonor Gonçalves e Cristóvão Fernandes, é explícito, porque no próprio documento se refere que:

– Cristóvão Fernandes e Catarina Vaz, sua mulher – moram no sobrado de cima com cozinha;

– Leonor Gonçalves – vive no sobrado de baixo, “que vai da Rua Nova atee tras entestando no departamento da casa que esta no dito sobrado de fundo (...) e tenha para si a logea descontra as casas onde mora Vasco Anes de Miranda”.²¹

– “e que ho portall maior e a logea maior fique com o dito Cristovam Fernandez e sua molher e ho mais pequeno portall fique pera serventia de todos eles”.²²

Este é um caso bastante curioso para o estudo das mentalidades, para se compreender o quão complexo se apresenta o mundo medieval, seguindo parâmetros actuais. Isto porque Leonor Gonçalves ficou viúva de João André, tosador, e não estava em condições de manter as casas e de suportar o aforamento – não foram raros os casos encontrados que utilizaram esta justificação como motivo de venda de foros; foi-lhe então concedido que permanecesse num dos ditos sobrados sem pagar qualquer preço durante “todos os dias de sua vida”. E ainda mais, acontecendo que o referido Cristóvão Fernandes, a sua mulher ou herdeiros ou “cada huum delles vendam ou doem as ditas casas e aforamento dellas a outra allguuma pessoa vivente ella Lianor Gonçallvez que ella avia esta doaçom por nenhuuma nem podessem della jamais usar o dito Cristovam

¹⁷ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 16v – 19.

¹⁸ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 25v – 27; A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 42v – 44v.

¹⁹ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 5, fls. 43 – 44v.

²⁰ A expressão “todallas casas da dita Rua Nova sam nossas” leva-nos a ter a certeza de que assim era. A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 4, 22 - 24.

²¹ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 3, 291v - 293.

²² Ver nota 18.

Fernamdez e sua molher sem seus herdeiros delles sem aa dita Lianor Gomçalvez pagar cousa alguuma da dita remda nem outra cousa per rezam das ditas casas”;²³ ou seja, só poderiam ficar com o sobrado de baixo após a morte de Leonor Gonçalves.

Sobre esta divisão das casas, pode-se ainda acrescentar alguns pormenores. Analisemos o caso do aforamento a Fernão Anes, alfaiate, e João Esteves, mercador: o documento refere que as casas eram pequenas e que não possuíam qualquer saída para as traseiras; mesmo assim, é-lhes imposta a condição de fazerem dois portais de igual tamanho, para que pudessem usufruir do mesmo “privilégio”, pois ainda não tinham sido feitos; e ainda que fizessem duas janelas nos sobrados “que vierem sobre o telhado da casa do dito Joham Martinz pera cada huum dellos aver vista sobre si”.²⁴ No documento, para além destes portais e janelas, faz-se referência à “sua sobreloja”, o que nos leva a interrogar como seria a sua disposição. Como se organizam no espaço? Será a sobreloja nas traseiras, uma espécie de cave ou de sótão? Penso que talvez se trate de um piso superior dentro da loja, mas nem sempre é transparente essa ideia na documentação, daí as minhas dúvidas. Mas não falo apenas de um espaço residencial, como se sabe.

É sabido que, na Baixa portuense, começavam a desabrochar uma série de negócios, maioritariamente negócios de mercadores. A Rua Nova não foi excepção. Temos o exemplo dos mercadores João de Aragão e João Carneiro, que aforaram umas boticas,²⁵ ou do mercador Fernand’Álvares Baldaia que, por não dispor de umas determinadas casas para aí poder ter uma loja de panos, emprazou em três pessoas um portal de umas casas que Maria Vaz, ama de D. Pedro – que presumimos ser o Infante – trazia aforadas. É interessante observar que o próprio mercador traz aforadas umas casas nesta mesma rua, mas vai aforar o portal de outrem. Isto também nos leva a colocar a questão de que podiam existir pessoas que, não sendo moradores, possuíssem ali casas aforadas, como forma de investimento podendo ser arrendadas ou ainda emprazadas para outro fim que não o de residência. Daí que, no início, tenha referido moradores e pessoas relacionadas de algum modo com a Rua. Será este o ponto de partida para entrar no próximo e último ponto de reflexão.

Entende-se como dado adquirido que esta Rua Formosa foi a rua dos mercadores e ourives por excelência. Era, provavelmente, desejo do monarca que ali se reunisse a elite burguesa da cidade. Sublinho a palavra *burguesa* porque era precisamente este poder que o monarca queria lá e não um outro que lhe pudesse fazer frente. Assim, esta elite, para além de dar à Rua o adjectivo de abastada, dava à zona ribeirinha um desenvolvimento que só voltaria a ter aquando do aparecimento do vinho do Porto. E, mesmo assim, seriam também os mercadores e os negócios que ali se tratavam que estariam na sua origem. Mas nem só de mercadores e ourives vivia aquela rua. Profissões e cargos como almoxarife, contador, tosador, alfaiate, carnicheiro, barbeiro, ferrador, marinheiro, tanoeiro, tabelião, picheleiro, sapateiro e carpinteiro, entre outras, aparecem-nos em aforamentos na Rua Nova. Não me é assim tão claro que apenas as elites se tenham estabelecido nesta rua. Não posso comparar, na hierarquia social, um almoxarife a um sapateiro ou um tabelião a um carpinteiro. Considero que, de todos os cargos e profissões que mencionei, dois seriam certamente de elite: almoxarife e tabelião; o alfaiate é possível que fosse; a um contador posso dar a margem de dúvida; mas um carnicheiro, um sapateiro ou um marinheiro não o são de forma alguma. Um carnicheiro, por exemplo, podia ter muito dinheiro e ter possibilidades de aforar uma casa na Rua Nova, mas considero bastante improvável ter um estabelecimento de trabalho, por ser pouco higiénico e com fraca aparência; até porque não nos podemos esquecer que a Câmara tinha linhas bem definidas a esse nível, ou seja, por questões de organização (inspecção de preços e de qualidade) e higiene era natural que os serviços se estabelecessem perto

²³ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 3, 291v - 293.

²⁴ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 5, fls. 53v - 55v.

²⁵ Interessantíssimo é verificar que uma destas boticas foi apropriada para o rei através de uma sentença de 3 de Maio de 1457, a qual foi dada com o fundamento de se situar na Rua das Congostas, que seria toda do rei “sem a dita cidade nem outra alguuma pessoa aver em ella cousa alguuma”, salvo o mosteiro de S. Domingos, que aí tinha casa, e ainda de o terreno em que a botica fora edificada ter sido adquirido “pollos dinheiros da rua nova”, pertencendo também ao rei.

uns dos outros. Presumo que houvesse uma fachada a manter, se estivéssemos a falar de uma rua de elite. Portanto, parece-me estranho que, segundo as características com que a Rua Nova sempre foi identificada, estas e outras profissões e cargos socialmente distintos pudessem e quisessem partilhar os mesmos espaços. Poder-se-á aceitar que os cargos e algumas destas profissões surjam mencionados nos aforamentos por ali possuírem os seus negócios, como por exemplo, o contador ou até um barbeiro, quem sabe? Um ferrador também não me admirava, visto a proximidade da Rua Nova com a ferraria de S. Nicolau, embora não seja a actividade que imagináramos para esta Rua Formosa. Se tiver em conta as casas, a zona, os edifícios que lhe estão próximos, aceito o prestígio que lhe é atribuído. No entanto, penso não poder falar de uma rua de elite se tiver apenas presente os seus moradores. E mantenho em aberto as actividades que nela decorriam.

Pode-se levantar outro problema: seria esta rua residência fixa ou temporária? Ou seja, admitindo que algumas destas pessoas apenas seriam moradores na Rua Nova por estarem próximos dos seus negócios, o que aconteceria se os seus estabelecimentos fechassem ou mudassem de zona? Não consegui, até ao momento, responder a estas questões pois os dados são insuficientes: não possuo o tempo de duração de permanência nas casas nem sei se as pessoas já lá viviam antes de abrir o negócio ou se, depois de este fechar, continuaram a residir na rua Nova. Sabe-se de um caso – o de Nuno Rodrigues, “pichilleiro”, que possuía umas boticas em que “fez casas sobradadas junto do chafariz da Rua Nova”.²⁶ Ou seja, primeiro montou o seu negócio e só posteriormente se tornou residente.

O mesmo se passa com negócios que ali pudessem existir cujos profissionais não residissem na rua Nova, mas sim nas imediações, por exemplo. É possível que acontecesse ser dada a permissão para abrir um negócio num portal ou botica, mas a mesma não fosse dada no que respeita à habitação, por não serem “dignos” de lá morar (como acontece com os fidalgos, por exemplo, que não podiam permanecer mais de três dias numa casa da Rua Nova – caso conhecido do incêndio em casa de Leonor Vaz por causa da infracção dessa norma por parte de Rui Pereira, fidalgo). Ou seja, possuo casos em que é dado poder ao almoxarife para que se aforassem boticas para determinado negócio que, à partida, seria “aceitável” que existisse na zona. Mas isso não implica que o funcionário ou o mesteiral fosse autorizado a residir junto com as restantes elites. São meras problemáticas que me despertam curiosidade, mas para as quais até ao momento não encontro respostas seguras. O inverso também acontece: assim, é recusado a Fernand’Álvares Baldaia o aforamento de determinadas casas para ali abrir uma loja de panos; no entanto, é um dos homens mencionados como morador e foreiro, na documentação estudada. Era mercador, o que lhe permitia acesso quase directo para morar na Rua Nova, mas isso não foi suficiente para lhe concederem umas casas para a sua loja. Mais tarde, apenas lhe foi permitido aforar um portal de umas casas. A que se deve tal situação? Por que razão lhe foi recusado o pedido? Seria algo relacionado com as próprias casas ou outro aspecto que dissesse respeito ao negócio em si? Porque relativamente ao mercador e à sua pessoa penso que não haveria qualquer tipo de problema, visto terem-lhe sido aforadas umas casas para residência.

Resta-me abordar um último tema. Apesar de ser o derradeiro não se mostra como menos importante; antes pelo contrário, apresenta-se como fulcral neste trabalho: a tentativa de reconstruir as casas da Rua Nova tendo presentes os seus homens – não me refiro especificamente a moradores porque, como vimos, não foram só estes a dar vida à rua.

Em primeiro lugar, devo sublinhar que a tentativa de fazer ligações entre casas, através das confrontações, não é tarefa fácil. Encontrei muitos obstáculos no meu caminho e nem sempre tem sido possível contorná-los ou eliminá-los. Destaco, por exemplo, a homonímia, por ser talvez a mais gritante: é um problema quando tentamos interligar informação e temos tantos nomes iguais e tão poucos dados relevantes que

²⁶ No entanto, esta situação não parece encaixar no esquema interpretativo tradicional da Rua Nova. A.N.T.T., *Leitura Nova*, Além Douro, livro 5, fls. 84 – 85.

me façam compreender se se trata da mesma pessoa ou se será filho ou alguém cujo nome é simplesmente igual. Por vezes, o que me salva é a profissão ser diferente ou, no caso de ser a mesma, existirem dados iguais que me levem a acreditar nisso.

Acontece também que, em alguns casos, considera-se duas pessoas como distintas por o nome estar incompleto num dos documentos – verifiquei um caso em que era referido um tal António Fernandes num documento e, noutro, já aparecia como António Fernandes Cubas; numa primeira análise, assumi como duas pessoas diferentes mas, posteriormente com uma leitura mais atenta, apercebi-me de que se tratava da mesma, pois as confrontações com a vizinhança eram as mesmas.

Passando para uma outra dificuldade, falemos na cronologia. Muitas vezes tentei relacionar indivíduos com o intuito de ligar casas; numa primeira fase, pensei que seria pouco complicado. Os nomes repetiam-se nos diversos documentos e, portanto, se de um lado tínhamos a ligação com a casa de tal pessoa, para o outro só podiam ser as casas do outro nome mencionado. Mas nem sempre se verificou esta lógica que me parecia evidente...Isto porque, em certos casos, os residentes das casas adjacentes eram os mesmos mas a pessoa a quem se estava a aforar as casas não era a mesma; portanto, fico sem perceber se a sua permanência foi anterior ou posterior à outra. Ou surge o contrário, ou seja, o foreiro é o mesmo mas as confrontações são diferentes. Para os indivíduos contemporâneos dos documentos era bastante menos complicado compreender de que casas se tratavam e onde se localizariam através dos dados que eram fornecidos nos contratos, mas para nós, hoje em dia, a informação não se mostra tão clara.

Deparei-me com um outro problema que é a ambiguidade das palavras e dos dados. Tantas vezes as palavras ou expressões se apresentam de um modo tão vago que é quase impossível termos a certeza do verdadeiro significado delas. Um desses exemplos é precisamente nas confrontações de casas; isto é, apenas refere que “de uma parte” tem as casas de determinada pessoa e que de outra tem as casas de um outro indivíduo. Fico, portanto, sem dados que me remetam se seria para nascente ou poente, se traseiras ou se para a frente – ainda que para a frente não seja provável. Na maioria dos documentos transcritos, são especificadas as confrontações nas traseiras – normalmente são com eixidos ou, por exemplo, com as hortas de S. Domingos – e na parte da frente – quase sempre “rua pública”. De qualquer forma penso que a falta de informação que, aos nossos olhos, se mostra essencial, na altura provavelmente era excessiva.

Consegui, no entanto, fazer algumas ligações entre casas após árduas horas de trabalho da informação fornecida. Foi possível reconstituir 43 casas/boticas na Rua Nova, apresentando para cada uma delas os diversos moradores ao longo do período no qual nos centrámos. Estas ligações foram conseguidas devido a diversos motivos. Enumerarei apenas alguns para não me alongar em demasia:

– Conjunto de casas cujas traseiras estão viradas ou encostam ao muro de S. Domingos;

– Conjunto de casas cujas traseiras dão para os eixidos de um Fernand’Anes;

Um outro conjunto em que as traseiras dariam para os eixidos de um João Luís “das Congostas”;

– Conjunto de casas que, através dos nomes dos “vizinhos”, me foi possível unir.

Fazer a ligação entre casas nem sempre implica que me seja possível localizá-las no espaço físico da Rua Nova. Exemplo disso são as casas cujas traseiras estão viradas ou encostam ao muro das hortas de S. Domingos, as quais posso colocar numa zona mais restrita da Rua, mas mesmo assim desconheço o local exacto, até porque não tenho conhecimento de quantas casas existiriam nessa parte da rua. Hoje desapareceram todas as casas que aí existiam, mas sabe-se através destes documentos e de uma célebre gravura antiga – que nos mostra aí uma casa – que era também uma zona preenchida por edifícios. Se nem com a referência do muro de S. Domingos eu posso afirmar com exactidão onde se encontrariam, mais complicada se torna a tentativa de identificar os outros conjuntos de casas que apenas relacionei por apresentarem a mesma informação quanto às traseiras.

Quanto às casas que uni através das confrontações laterais, ainda é mais difícil localizá-las no espaço. No entanto, por vezes, surgem indicações que são preciosas pois remetem para um micro-espaço, podendo já colocar determinadas casas nessa mesma zona. A título de exemplo, refiro-me a expressões tais como “ao chafariz da rua nova”, ou “casas que de huuma parte partem com a rua das congostas” ou ainda “de huuma parte contra a rua dos mercadores e da outra contra a ribeira”.

Debrucemo-nos agora sobre como funcionariam estes aforamentos e como uma determinada casa passava de uma pessoa para outra. E ainda como, por vezes, o mais evidente não é o que acaba por acontecer.

De um modo geral, o aforamento das casas dava-se através da herança dos familiares directos, aquando da morte do foreiro, na vertical. A não ser que o herdeiro fosse, como aconteceu em alguns casos, o cônjuge. Apesar de isso não ser referido em todos os documentos, presume-se que herdaria sempre o filho ou filha mais velha. Há casos em que se especifica a exigência do foro “andar sempre na linha masculina”. No caso de não haver descendentes ou ascendentes directos, as casas deveriam retornar às mãos da Coroa, para delas fazerem o que “de sua merçe for”.

Não é raro aparecerem documentos segundo os quais é apresentado um pedido, por parte de certos indivíduos, para que lhes fosse permitido vender o aforamento por se encontrarem com dificuldades económicas; a maioria dos suplicantes são mulheres viúvas que, por falta de dinheiro ou por endividamentos passados, não se sentem capazes de suportar tais despesas. É esse o interessante caso de Catarina Vaz, viúva de Fernão Fernandes, que “por quanto ella assi era viuva e molher de tall verdade e fraca e prove que esta somente se podia manter nem menos pagar o foro das ditas casas e assi estar muito endividada de dividas que lhe o dito seu marido levava quando desta vida partiu as quaaes era obrigada a pagar descarguo d’alma do dito seu marido e assi por ser por ellas demandado o que por os ditos inconvenientes a ella em forçado vemder o foro das ditas casas como loguo defeito vendia a Pedro Annes ourivez filho de Joham Afonso”²⁷.

Havia também quem, por estes motivos, simplesmente doasse a um dos filhos ou a alguém que tivesse realizado boas obras, para com essas pessoas ou nas próprias casas. Existem ainda casos em que o aforamento é deixado em testamento – pode ser a um familiar ou não.

É prática corrente serem colocadas condições nos contratos de aforamento. Presentes em todos os documentos, no caso de se pretender vender, são duas expressões que demonstravam um pouco da insegurança do monarca mas também do preconceito que existia em relação a outras culturas ou povos: “que as possa vemder [as casas] a tall pessoa que nam seja de moor comdiçam que...”; “comtando que nam seja clerigo nem frade nem homem nem molher de relligiam nem cavalleiro nem dona nem escudeiro nem mouro nem judeu”. Por vezes acrescenta-se ao escudeiro – “de linhagem”.²⁸

Por fim, analisarei um caso que, na minha opinião, é bastante interessante e nos ajuda a compreender as complicações relacionadas com o emaranhado de moradores numas mesmas casas. Aforamento a Inês Rodrigues, mulher de Afonso Fernandes sapateiro:

que per morte do dito seu pai fizeram partilha ella com seu irmaao menor per nome Bras Rodriguez e Marguaida Bras sua mai e que partiram todos tres as ditas casas em tres quinhoes e que a dita Marguaida Bras ouvera a terça parte das ditas casas com tanto que nos paguasse de foro trezentos e trinta e oito reais e ella e seu marido duzentos e trinta e o dito Bras Robriguez trezentos e setenta reais segundo mais largamente se continha em huum pruvico estormento que dello fizeram podia ora aver onze annos.²⁹

Ora, o que aqui pode-se verificar é que esta família repartiu a casa em três e, portanto, apenas pagava a parte que lhe pertencia. Ocupou a casa durante onze anos, o que não

²⁷ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 1, fls 107 – 108.

²⁸ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 3, fls. 42v – 43v.

²⁹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 5, fls. 58v – 59.

lhes era permitido – só lhe tinha sido concedido seis meses para vender ou trocar – e nem sequer elegeu um representante que pagasse o dito foro, como lhe tinha sido ordenado. Isto era motivo suficiente para que as ditas casas voltassem para as mãos do rei. Só quando foi praticamente obrigada a resolver-se é que Inês Rodrigues mostrou vontade perante o almoxarife de que pretendia ficar com o foro, pagando o preço total.

Desconheço o que terá acontecido aos restantes membros da família, se terão ficado na casa ou não; o interessante é conhecermos também, com a investigação que se desenvolveu, as mentalidades de uma época, como, por exemplo, de que forma é que resolviam determinados problemas; e não deixa de ser curioso constatar que desde cedo se tentou fugir ao cumprimento do estipulado, com o intuito de se poder pagar menos do que era imposto, principalmente em períodos de crise.

Em conclusão, gostaria de evidenciar que foi meu objectivo dar uma ideia do que tenho vindo a estudar, enumerando as dificuldades e interrogações com que constantemente me deparo e os problemas que advêm deste tipo de investigação e do período em que ela se insere. Sublinho que me tem dado um prazer enorme desenvolver esta temática e que, sempre que possível, tento compreender melhor este mundo medievo, tendo a Rua Nova como cenário.

Gostaria, por fim, que tivéssemos em conta a importância da Rua Nova, na medida em que se tornou um dos grandes suportes financeiros para que o burgo portuense passasse para a jurisdição real, deixando de fazer parte do grande senhorio episcopal; foi, sem dúvida, um espelho não só material como mental desta cidade do Porto; e, principalmente, chamar a atenção para a importância da análise dos contratos de aforamento para o estudo da história social.